

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Objeto: Projeto de Lei nº 26/2025, de autoria do Poder Executivo, que altera a ementa e o artigo 4º da Lei nº 699/1992, redefinindo a destinação de área desapropriada para fins de utilidade pública.

1. RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação recebeu para exame o Projeto de Lei nº 26/2025, que visa adequar a destinação de imóvel desapropriado por meio da Lei nº 699/1992, substituindo sua finalidade específica — anteriormente voltada ao alargamento da Rua nº 3 da Vila São Judas Tadeu e à realocação de famílias vítimas de enchentes — por uma finalidade mais ampla de utilidade pública, garantindo a ampliação da Unidade Básica de Saúde da região.

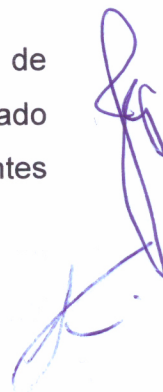
Encerrada a instrução, passasse à análise.

2. ANÁLISE JURÍDICA E CONSTITUCIONAL

A proposição trata de matéria que se insere na competência legislativa municipal (art. 30, III, CF), especificamente sobre patrimônio público e interesse local. Sua iniciativa é legitimamente privativa do Prefeito, conforme art. 52, IV da Lei Orgânica Municipal, inexistindo vício formal.

Além disso, a redação do projeto respeita os princípios constitucionais da administração pública (art. 37, CF), sem afronta à legalidade, impessoalidade, eficiência ou economicidade.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já consolidou a possibilidade de tredestinação lícita, ou seja, a alteração da finalidade do imóvel desapropriado quando há manutenção do interesse público relevante, conforme os seguintes precedentes:





STJ – REsp 530.403/DF: A desapropriação não perde validade se houver nova destinação de interesse público, mesmo transcorridas décadas desde a expropriação.

STJ – REsp 1.025.801/SP: A mudança para outro serviço público legítimo não configura desvio de finalidade e não gera direito de preferência ou retrocessão.

Dessa forma, a substituição da finalidade de uso viário pela ampliação de um serviço essencial de saúde atende ao interesse público primário, justificando sua validade jurídica.

3. VÍCIO DE INICIATIVA

Não há vício de iniciativa, pois a destinação de bens públicos e sua eventual tredestinação configuram prerrogativa exclusiva do Executivo Municipal. A proposta está em conformidade com as previsões constitucionais e infraconstitucionais sobre a desapropriação para fins de interesse público.

4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A justificativa do Executivo demonstra que a alteração da destinação não gera novas despesas obrigatórias, pois mantém o propósito original de interesse público e permite a ampliação de um serviço essencial sem extrapolar os limites de gastos com pessoal ou investimentos.

Não há impacto direto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigentes, garantindo conformidade com o art. 169 da CF.

5. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E TÉCNICA LEGISLATIVA

O projeto observa os princípios constitucionais da administração pública, além de estar adequado às normas da Lei Complementar nº 95/1998, que regula a elaboração legislativa.

6. VOTO DO RELATOR

Considerando as conclusões expostas nos itens anteriores, VOTO PELO PROSSEGUIMENTO do Projeto de Lei nº 26/2025.


Relator: Geovane de Lima

7. DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Reunida em 02/06/2025, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, por unanimidade, adota o voto do Relator e emite PARECER PELO PROSSEGUIMENTO do Projeto de Lei nº 26/2025.

Encaminhe-se o presente parecer ao Presidente da Câmara Municipal para providências regimentais.

Rio Negro/PR, 02 de junho de 2025.


Presidente: Isabel Cristina Grossi


Relator: Geovane de Lima